

EXCELENTÍSSIMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ____ VARA CÍVEL
DA COMARCA DE PATOS DE MINAS/MG

URGENTE
PEDIDO DE LIMINAR

CONSERBRÁS MULTI SERVIOS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 66.343.518/0001-36, com sede na Av. Paracatu, 544, casa, Bairro Rosário, Patos de Minas-MG, CEP: 38.701-044, por seu representante legal WALTER FERREIRA SOARES, inscrito no CPF sob o n. 191.093.346-53, através da Advogada que a esta subscreeve, vem com o devido respeito e acatamento a presença de V. Exa., ajuizar a presente:

**AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE ATO ADMINISTRATIVO
COM PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA**

Em face do **MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS**, pessoa jurídica de direito público com sede na Prefeitura Municipal de Patos de Minas/MG, estabelecida na rua Doutor José Olympio de Mello, nº 151, Bairro Eldorado, CEP: 38.700-900, inscrita no CNPJ sob o nº 18.602.011/0001-07, representado pelo atual prefeito JOSÉ EUSTÁQUIO RODRIGUES ALVES e pela pregoeira JULIANA SILVA CAIXETA, nomeada pela Portaria nº 3869, de 10 de janeiro de 2018 e pela Comissão Julgadora do Processo Licitatório n.122/2018, com base nas razões de fato e fundamentos jurídicos que passa a expor:

DOS FATOS

O Município de Patos de Minas/MG, no mês de julho de 2018, deflagrou o Processo Licitatório n. 122/2018, na modalidade pregão presencial, do tipo **menor preço global**, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para

(34) 3814-2605 – (34) 99673-6109

Praça Antônio Dias, 566, Sala 03, Patos de Minas – MG CEP: 38.700-110

Email:nynacaixeta@yahoo.com.br



prestação de serviços de limpeza, conservação, desinfecção e higienização de prédios públicos de acordo com o edital do Pregão Presencial nº 029/2018 (anexo).

No dia 03 de setembro de 2018 a Pregoeira, Juliana Silva Caixeta juntamente com os membros da Equipe de Apoio, reuniram-se na sede da Prefeitura Municipal de Patos de Minas, para receber, julgar e examinar todos os procedimentos relativos à licitação objeto desta demanda.

De início a pregoeira informou a desclassificação das empresas AVANÇO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EIRELI-EPP; CONSTRUTORA ALICERCE MG LTDA; PS DELTA EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA-ME; ROSA MÍSTICA CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS EIRELI-ME e SUPORTE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA conforme avaliação técnica realizada pela Sra. Darlene Fátima Gonçalves Sousa – Assessora Perita Técnica Contábil e Financeira do Município.

Aberta a sessão os representantes das empresa presentes questionaram a análise das planilhas tendo a sessão sido suspensa para que a perita procedesse a nova análise, depois da qual decidiu desclassificar do certame as empresas: LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA, por não ter atendido ao item 9.6 do edital; INTERATIVA-DEDETIZAÇÃO HIGIENIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO LTDA por não ter apresentado comprovante de enquadramento perante a Receita Federal; MULTISERVIÇOS EIRELI – ME por ter apresentado aviso prévio, férias e acidente de trabalho sem considerar a alíquota.

Na mesma oportunidade desclassificou a empresa CONSERBRÁS MULTI SERVIÇOS LTDA **por não ter incluído em sua planilha os encargos de férias e por ter apresentado aviso prévio com valores supostamente inválidos.**

Temos, portanto, que a desclassificação da empresa **CONSERBRÁS MULTI SERVIÇOS LTDA**, se deu por não ter apresentado índice na Planilha orçamentária relativa as Férias Indenizadas (C.3) e aviso prévio indenizado (C.1), com valores tidos por inválidos (códigos C.1 e C.3 se referem a tabela de composição analítica da taxa de encargos sociais apresentada pela Impetrante no certame, que ora segue anexa).

Primeiramente é preciso esclarecer que não consta do edital nenhuma cláusula que prevê expressamente que a não apresentação do índice de férias causaria a desclassificação da empresa. Muito ao contrário disso, diz que a omissão de qualquer despesa na proposta impediria a empresa de pleitear acréscimo após a abertura da proposta. Vejamos:

9.7.5 - Nos preços propostos deverão estar incluídos todos os tributos, encargos sociais, financeiros e trabalhistas, taxas, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam

(34) 3814-2605 – (34) 99673-6109

Praça Antônio Dias, 566, Sala 03, Patos de Minas – MG CEP: 38.700-110

Email:nynacaixeta@yahoo.com.br



recair sobre a execução dos serviços da presente licitação, os quais ficarão a cargo única e exclusivamente da CONTRATADA. A omissão de qualquer despesa necessária a prestação do serviço será interpretada como não existente ou inclusa nos preços, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a abertura das propostas. g.n.

É de se observar pela interpretação da cláusula 9.7.5 que não se fala que a empresa seria desclassificada por não apresentar tributos, encargos sociais, financeiros, trabalhistas, taxas, frete, mas sim, que se houvesse omissão de quaisquer dessas despesas as mesmas seriam interpretadas como não existentes ou inclusa nos preços.

No tocante ao aviso prévio apresentado com “valores inválidos”, nem mesmo a Pregoeira, quando da desclassificação soube informar qual item do edital a Requerente estava infringindo para ser desclassificada, na verdade não é possível sequer apurar o que seria “valores inválidos”. Registre-se e reitere-se que apenas consta da Ata de Sessão (anexa):

“CONSERBRAS MULTI SERVICOS LTDA, não apresentou encargos de férias e apresentou aviso de férias com valores inválidos”. g.n

É preciso ponderar que os itens 9.1.2 e 9.7.3 ao se referirem a planilha orçamentária dizem apenas que a mesma deveria ser apresentada sob pena de desclassificação, não trazendo qualquer instrução quanto ao seu preenchimento e tampouco valores mínimos ou máximos a serem considerados:

9.1.2 - Juntamente com a proposta de preços, o licitante deverá apresentar a Planilha Orçamentária (ANEXO XIII) sob pena de desclassificação. O valor total global da proposta se dará através da soma de todas as planilhas orçamentárias.

9.7.3 - Deverá estar junto à Proposta de Preço, dentro do Envelope nº 01, Planilha de Formação de Preço, conforme Anexo XIII, tabela demonstrando a composição de custo – planilha devidamente preenchidas – e cópia da Convenção, Acordo ou Dissídio Coletivo de Trabalho pertinente à categoria dos empregados.

(34) 3814-2605 – (34) 99673-6109

Praça Antônio Dias, 566, Sala 03, Patos de Minas – MG CEP: 38.700-110

Email: nynacaixeta@yahoo.com.br



Percebe-se portanto, que a proposta deverá ser considerada pelo **PREÇO GLOBAL** dos itens e não individuais.

Ademais disso, trazemos ao conhecimento que segundo informações obtidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, por meio de informações prestadas pelas RAIS – Relação Anual de Informações Sociais, somente 5% das rescisões de contrato de trabalho tem aviso prévio indenizado, ou seja, a cada 100 rescisões apenas 5 delas tem o aviso prévio indenizado.

O índice sugerido pelo TCU para aviso prévio indenizado é de 0,42 % enquanto o de férias, que é 1/12 avos deste valor é de 0,03 %, ou seja, o valor é irrisório. Para uma empresa que tem boa gestão de pessoal como é o caso da Impetrante estas porcentagens podem se reduzir ainda mais.

O fato de não ter sido informado o índice de encargos de férias indenizadas, bem como o índice apresentado ao aviso prévio, se dá pelo fato dos mesmos serem ínfimos, o que permite sua diluição no lucro operacional da empresa, ou seja, deve se ter que os mesmos, conforme a já citada cláusula 9.7.5 estão inclusos no preço.

Ad argumentandum tantum, ainda que se considerem os valores apresentados pela Requerente como inexequíveis, se foi a isso que a Pregoeira se referiu quando da desclassificação, ao teor da súmula 262 do TCU, **deveria ter a Administração concedido a licitante oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta, tendo sido ilegal a desclassificação imediata.** Vejamos:

Sumula 262 TCU:

“O critério definido no art. 48, inciso II, § 1º, alíneas “a” e “b”, da Lei nº 8.666/93 conduz a uma presunção relativa de inexequibilidade de preços, devendo a Administração dar à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta.”

A jurisprudência do TCU é uníssona nesse sentido:

“10. A propósito do procedimento, ora anunciado, parece-me imperioso frisar, de início, que, nos termos legalmente estabelecidos, é prevista a desclassificação de proposta na licitação que tenham valor global superior ao limite estabelecido ou que apresentem preços manifestamente inexequíveis, significando dizer que, uma vez submetidos ao critério

(34) 3814-2605 – (34) 99673-6109

Praça Antônio Dias, 566, Sala 03, Patos de Minas – MG CEP: 38.700-110

Email:nynacaixeta@yahoo.com.br



estabelecido no § 1º anteriormente transcrito, **os preços que se situem em inexecutáveis, deverão, necessariamente, ser objeto de demonstração de viabilidade pela empresa que os ofertou**, sob pena de, não logrando êxito nessa comprovação, ter desclassificada sua proposta.” (Acórdão nº 1.470/2005, Plenário, rel Min. Ubiratan Aguiar)

“1. A conciliação do dispositivo no § 3º do art. 44 da Lei nº 8.666/1993 com o inciso X do art. 40 da mesma lei, para serviços outros que não os de engenharia, tratados nos §§ 1º e 2º do art. 48 da Lei 8.666/1993, impõe que a Administração não fixe limites mínimos absolutos de aceitabilidade de preços unitários, **mas que faculte aos licitantes a oportunidade de justificar situação peculiar que lhes permita ofertar preços aparentemente inexecutáveis** ou de questionar os valores orçados pela Administração. 2. Verificado não houve prejuízo ao interesse público, dado o amplo caráter competitivo do certame, não se justifica a anulação da licitação se a autora da representação eximiu-se de demonstrar a exequibilidade de sua proposta.” (Acórdão nº 363/20007, Plenário, rel Min. Benjamin Zymler).

REPRESENTAÇÃO. LICITAÇÃO. PROPOSTA INEXEQUÍVEL CONHECIMENTO.PROVIMENTO PARCIAL. REVOGAÇÃO DE MEDIDA CAUTELAR. DETERMINAÇÕES. *A desclassificação indevida da proposta de menor preço, considerada inexecutável em decorrência da aplicação equivocada das regras insculpidas no art. 48, da Lei 8.666/93, justifica a anulação do ato irregular praticado bem como dos demais atos que dele tenham decorrido.* (GRUPO 1 – CLASSE VII – Plenário - TC-028.145/2007-9 – Relator Ministro RAIMUNDO CARREIRO)

Assim, é preciso considerar que:

1- Trata-se de procedimento cujo edital prevê como critério o **MENOR PREÇO GLOBAL**, não havendo previsão no edital de desclassificação de empresa participante por não apresentação de encargos de férias, da mesma forma que não havia previsão de desclassificação por apresentação de valores supostamente inexecutáveis;

(34) 3814-2605 – (34) 99673-6109

Praça Antônio Dias, 566, Sala 03, Patos de Minas – MG CEP: 38.700-110

Email:nynacaixeta@yahoo.com.br



2- Os índices de aviso prévio apresentados e a ausência de índice de encargos de férias atingem valores quase que desprezíveis, sendo por esta razão desconsiderados pela empresa Requerente, que se viu no direito de arcar única e exclusivamente com seu custo, estando tal possibilidade abarcada pelo item 9.7.5 do edital ao prever que qualquer omissão de despesa seria interpretada como não existente ou inclusa no preço;

3- Que a desclassificação direta da empresa, foi ato ilegal e afrontou o item 9.7.5 do edital e o teor da súmula 262 do TCU por não lhe ter sido oportunizado demonstrar a exequibilidade da sua proposta.

AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO

Conforme mencionado, o motivo invocado pela pregoeira para desclassificar a autora foi simplesmente a suposta apresentação de “valores inválidos”, no entanto a autoridade administrativa não deixa claro por que o valor apresentado seria inválido, ou seja, não diz se o preço é inválido porque é baixo, ou alto, até porque não existe preço de referência, lembrando que no caso de suspeita de inexequibilidade da proposta, deverá ser dada a oportunidade à empresa de fazer prova em contrário.

DO PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA

O Art. 300 Código de Processo Civil, dispõe que a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.

É exatamente o que ocorre no caso.

Está evidente, que a decisão de desclassificar a proposta da empresa, em razão do preço a menor de um único item, viola frontalmente as normas próprio edital, a Lei de Licitações, a Súmula 262 do TCU e a jurisprudência dominante, já que o próprio instrumento convocatório, prevê a apresentação de custos unitários diferentes ou mesmo a não apresentação, sendo que neste caso, os encargos ficariam à cargo da contratada.

Nota-se que, todos os fatos articulados, estão amplamente comprovados através de documentos, especialmente atas, planilhas e o próprio edital, restando evidenciada a **probabilidade do direito**.

(34) 3814-2605 – (34) 99673-6109

Praça Antônio Dias, 566, Sala 03, Patos de Minas – MG CEP: 38.700-110

Email: nynacaixeta@yahoo.com.br



Aliado a isso, o pedido desta ação está fundamentado nas próprias normas do instrumento convocatório que é conhecido como a “lei interna da licitação”.

O **perigo de dano também** é manifesto, já que a empresa poderá perder o contrato e terá sérios prejuízos financeiros caso a desclassificação seja mantida.

Além disso, existe **risco ao resultado útil deste processo**, pois a pregoeira determinou a todas as empresas a entrega de nova documentação, no dia de hoje 14/09/2018 e a análise dos documentos ocorrerá no dia 18/09/2018, sendo que o objeto poderá ser adjudicado a outra concorrente, prejudicando o direito líquido e certo da autora.

Com efeito, estão presentes todos os requisitos necessários para a concessão da tutela.

DOS PEDIDOS

Ante o exposto, requer:

- 1) Seja concedida **liminarmente a tutela de urgência**, para declarar a nulidade do ato que determinou a desclassificação da empresa autora, já que é ilegal, uma vez que violou os itens, 9.7.5 e 9.1.2 do edital, que se trata de uma concorrência pelo **menor preço global** e o critério de desempate, é o menor **preço global**, ou mesmo porque não foi devidamente fundamentado, determinando-se o retorno da autora ao certame.
- 2) Alternativamente, por mera hipótese, já que está clara a viabilidade da proposta da autora, seja concedida **liminarmente a tutela de urgência**, para determinar a **suspensão do Processo Licitatório** citado, obrigando o Município a permitir à autora comprovar a exequibilidade de sua proposta, respeitado o contraditório e a ampla defesa.

(34) 3814-2605 – (34) 99673-6109

Praça Antônio Dias, 566, Sala 03, Patos de Minas – MG CEP: 38.700-110

Email:nynacaixeta@yahoo.com.br



- 3) A citação do Município de PATOS DE MINAS, na pessoa do atual Prefeito, para, caso queira, apresentar as defesas que tiver, sob pena de revelia e caso este d. Juízo entenda necessário, fica requerida a citação da Comissão Permanente de Licitações.
- 4) No mérito, que sejam julgados totalmente **PROCEDENTES** os pedidos, confirmando a liminar outrora deferida, para declarar nulo o ato ilegal que desclassificou a empresa autora, determinando-se o seu retorno ao certame, com a adjudicação e homologação do objeto e permanência até o final do processo licitatório.
- 5) Em atenção ao que prescreve o Art. 319, inciso VII, do Código de Processo Civil, o opta pela **não realização** de audiência de conciliação, já que se mostra improvável a composição neste caso.
- 6) A intimação do Município para apresentar cópia integral do Processo Licitatório.

Protesta provar o alegado pela documentação que segue anexa, além da juntada de novos documentos e perícia, caso seja necessário.

Dá-se à causa, o valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), para fixação do rito ordinário.

Termos em que,
Pede deferimento.

De Patos de Minas/MG, 14 de setembro de 2018.

Adv. **MARINA FERREIRA CAIXETA**
OAB/MG 124.759

(34) 3814-2605 – (34) 99673-6109
Praça Antônio Dias, 566, Sala 03, Patos de Minas – MG CEP: 38.700-110
Email: nynacaixeta@yahoo.com.br



Expedientes


Partes

Ato de comunicação **Data limite prevista para ciência ou manifestação** **Documentos**

Intimação (7137497)

CONSERBRAS
MULTI
SERVICOS LTDAExpedição eletrônica
(17/09/2018
18:09:54)

Prazo: sem prazo

27/09/2018 23:59:59
(para ciência expressa) (/PJE/PROCESSO/CONSULTA/VALIDADO)

Citação (7137498)

CND

Representante:
Procuradoria-Geral
do Município de
Patos de Minas
Expedição eletrônica
(17/09/2018
18:09:54)Você registrou
ciência em
18/09/2018 13:35:14
Prazo: 30 dias31/10/2018 23:59:59
(para manifestação) (/PJE/PAINEL/PAINEL_USUARIO/POPUP/VI (/PJ)



18/09/2018

Número: **5004671-32.2018.8.13.0480**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM**

Órgão julgador: **2ª Vara Cível da Comarca de Patos de Minas**

Última distribuição : **14/09/2018**

Valor da causa: **R\$ 60.000,00**

Assuntos: **Edital**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
CONSERBRAS MULTI SERVICOS LTDA (AUTOR)		MARINA FERREIRA CAIXETA (ADVOGADO)	
D (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
51901205	17/09/2018 18:09	Citação	Citação



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Justiça de Primeira Instância

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

COMARCA DE PATOS DE MINAS

2ª Vara Cível da Comarca de Patos de Minas

Avenida Padre Almir Neves de Medeiros, 1600, Guanabara, PATOS DE MINAS - MG - CEP: 38701-195

CITAÇÃO ELETRÔNICA - PJe

PROCESSO Nº 5004671-32.2018.8.13.0480

AUTOR: CONSERBRAS MULTI SERVICOS LTDA

RÉU: CND

Pessoa a ser citada:

Através desta, fica a parte ré, acima qualificada, CITADA para oferecer contestação no prazo de 30 dias. Adverte-se, outrossim, que, não sendo contestada a ação, poderá ser considerada revel.

PATOS DE MINAS, 17 de setembro de 2018

